



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Movimentos Sociais e lutas de classes – contextos nacional e internacional

“MEDO NÓS TÊM, MAS NÃO USA”: DESDOBRAMENTOS DA MARCHA DAS MARGARIDAS
NO SERIDÓ POTIGUAR

OZEANE ARAÚJO DE ALBUQUERQUE DA SILVA¹

RESUMO

O artigo objetiva refletir sobre os movimentos de mulheres do campo, com ênfase na Marcha das Margaridas. Situa a Marcha das Margaridas do Seridó enquanto desdobramento deste movimento maior. Trata-se de um estudo bibliográfico, guiado pelo método crítico-dialético, uma vez que parte da análise da totalidade social, para o entendimento da realidade local e particular da região do Seridó Potiguar.

Palavras-chave: Marcha das Margaridas; Mulheres; Seridó Potiguar.

ABSTRACT

The article aims to reflect on the movements of rural women, with emphasis on the Marcha das Margaridas. It situates the Marcha das Margaridas do Seridó as an offshoot of this larger movement. This is a bibliographical study, guided by the critical-dialectical method, since it starts from the analysis of the social totality, to understand the local and particular reality of the Seridó Potiguar region.

Keywords: Marcha das Margaridas; Women; Seridó Potiguar.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo considera, como ponto de partida, a existência histórica do patriarcado, enquanto sistema gerador da exploração e opressão das mulheres, que juntamente com o racismo, criam as bases de sustentação da atual sociabilidade, regida pelo capital.

A análise do processo de formação sócio-histórico da sociedade brasileira nos permite identificar as desigualdades sociais de raça, classe e gênero, como heranças do passado colonial, as quais se atualizam, na medida em que são aprofundados os processos de dominação e exploração, típicos do modo de produção capitalista.

¹ Cáritas Diocesana de Caicó



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diante disso, constata-se que são as mulheres, principalmente as negras e pobres, as que mais sofrem os rebatimentos inerentes aos conflitos entre capital e trabalho. Nessa perspectiva, a organização coletiva, através dos movimentos sociais, representa a possibilidade de enfrentamento dessas desigualdades, bem como a construção de uma outra sociabilidade.

O artigo objetiva refletir sobre a Marcha das Margaridas, entendendo-a enquanto ação política e estratégica de mulheres, e analisar seus rebatimentos no Seridó Potiguar, sinalizado por meio do surgimento da Marcha das Margaridas do Seridó/RN.

Para tanto, inicialmente abordará como foi processado o início da organização política das mulheres do campo, na década de 1950, e seu impulso na década de 1980, para que, com isso, se possa contextualizar o surgimento da marcha nos 2000. Por fim, apresentará a Marcha das Margaridas do Seridó, como desdobramento deste processo organizativo.

2 “PISA LIGEIRO, PISA LIGEIRO, QUEM NÃO PODE COM AS MULHERES NÃO ASSANHA O FORMIGUEIRO”²

Ao analisar o processo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira, é possível identificar determinados elementos, os quais evidenciam o caráter das desigualdades sociais do tempo presente, em que as opressões de classe, raça e gênero caminham lado a lado ou, conforme aponta Saffioti (2015), se movimentam a partir da existência de um “nó frouxo”, em que as três subestruturas se relacionam entre si.

Desta forma, a herança do nosso passado colonial, baseada na violência, violações e dependência, se constitui em traços presentes na atual sociabilidade capitalista, ditando características presentes no racismo, patriarcado e na desigualdade de classe em nosso país. Concordando com Cisne e Santos (2018, p. 97):

Somos síntese de um passado de dominação e exploração com raízes na escravidão, no colonialismo e no patriarcalismo. Da mesma forma, também somos síntese de um passado de lutas e resistências, que repousam suas raízes na colônia, nas senzalas, nas aldeias indígenas, nos quilombos, no cangaço, nas rebeliões, nas revoltas, nas casas, nas praças, nas ruas... Assim, exploração, opressão e resistência integram profundos processos da realidade da luta de classes.

² Pisa ligeiro é um dos chamados “gritos de guerra” entoados durante a Marcha das Margaridas e outros movimentos de mulheres.

É nessa perspectiva que devemos analisar o desenvolvimento dos movimentos de mulheres do campo, como processos impulsionados pela luta e resistências às desigualdades sociais, de raça, classe e gênero.

É consenso na literatura sobre o tema, considerar a década de 1980 como um marco para os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, por sua expressividade e participação no processo de luta contra a ditadura militar, bem como contra as violências e violações de direitos às quais estavam sujeitas a população do campo. No entanto, também é consensual, a constatação da participação de mulheres nos movimentos rurais desde meados da década de 1950, quando surgiram as Ligas Camponesas que se constituíam num movimento de denúncia contra à concentração de terra e luta pela reforma agrária.

Já nas décadas de 1970 e 1980, destacam-se os trabalhos realizados pela Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base e do trabalho pastoral, baseados na Teologia da Libertação. (Silva, 2018; Aguiar, 2016)

Segundo Aguiar (2016), foi junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que as mulheres do campo vivenciaram as primeiras experiências políticas, havendo, para isso, o incentivo à organização em grupos, sendo comum a criação dos chamados “grupos de mães”.

Diante de tais elementos, de modo bastante contundente, a autora supramencionada desenvolve argumentações evidenciando que foi junto às CEBs, e não no movimento sindical, que se desenvolveram as primeiras experiências de organização de mulheres rurais. Segundo Aguiar (2016, p.264):

Ao despertar as mulheres para a política, ao incutir nelas o desejo de participar das lutas sociais e das mobilizações por melhores condições de vida, e a ideia de que possuíam direitos a reivindicar, as CEBs aproximaram as mulheres, que estiveram quase sempre confinadas à esfera familiar e doméstica, do mundo público e do papel masculino, inserindo-as num espaço de discussão política e de problemas sociais.

Nesse contexto, é importante salientar que a conjuntura política do país era marcada pela ditadura militar, a qual imprimiu um desenvolvimento econômico, pautado na dependência do capital internacional, resultando no agravamento das expressões da questão social no campo e na cidade.

Sobre tal aspecto, Montaño e Duriguetto (2011), enfatizam que o padrão de desenvolvimento adotado, durante a ditadura militar, visava dinamizar a modernização no campo através da valorização do grande capital, ampliando a concentração de terras nas mãos dos

latifundiários. Como consequência, tem-se o deslocamento da população do campo para as cidades, motivadas pela falta desvalorização da força de trabalho do homem e da mulher do campo, caracterizando o fenômeno denominado “êxodo rural”.

Esse processo de deslocamento da população do campo para as cidades, de modo desordenado, gerou o aceleração da urbanização, a qual, sem planejamento e políticas públicas, resultou na ampliação das favelas e no desemprego.

No final da década de 1970, assiste-se à multiplicação dos movimentos sociais de contestação da ditadura militar, os quais, conforme apontam os/as autores/as acima mencionados/as, foram responsáveis pela unificação das pautas de diversos setores da sociedade brasileira, contrários à ditadura e a todo o regime a ela inerente. Dentre as principais bandeiras de luta, destacaram-se a defesa da democracia, da liberdade e dos direitos humanos.

É importante destacar que esse momento se caracterizou pelo desgaste do padrão de desenvolvimento adotado pela ditadura militar, o qual foi responsável por uma profunda crise econômica, altos índices de inflação e desemprego. A crise econômica atingia, mesmo que diferentemente, toda a sociedade brasileira, o que provocou a insatisfação de setores da classe média, responsáveis, até então, pela sustentação e legitimação do regime.

Silva e Silva (2018) destacam o protagonismo dos/as trabalhadores/as rurais neste momento de efervescência dos movimentos sociais contrários à ditadura militar e em favor do regime democrático.

Foi nesse momento, de abertura democrática e participação social da classe trabalhadora, que se assiste à ampliação da organização política das mulheres rurais. De acordo com Aguiar (2016), espraiam-se várias experiências, através dos grupos de mulheres, os quais passam a se organizar por região e, diante desta especificidade territorial, apresentavam reivindicações particulares e diferenciadas.

No que consiste às demandas comuns, a autora acima destaca a luta das mulheres em prol do seu reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais, tanto do ponto de vista do Estado, no tocante ao gozo aos direitos trabalhistas e previdenciários, como dos sindicatos, uma vez que estes, até então, eram instâncias que contavam com a participação maciça de homens.

É importante salientar que o trabalho na agricultura se constituiu numa atividade que conta, historicamente, com a participação das mulheres. Não reconhecer a dimensão e importância deste trabalho, no contexto familiar e comunitário, as priva de serem reconhecidas

enquanto sujeitas que também produzem, o que reforça a invisibilidade e todo um sistema de dominação e desigualdades.

A década de 1980 se constitui num momento importante para a organização do movimento de mulheres rurais, seja pela sua capilaridade no território nacional, seja pelas reivindicações apresentadas, que se direcionavam, sobretudo, ao reconhecimento enquanto sujeitas de direitos, ao mesmo tempo em que denunciavam a estrutura machista e patriarcal a qual estavam inseridas.

Assim, ao ampliarem a sua capacidade organizativa e de mobilização, as mulheres rurais vão somando conquistas na arena do reconhecimento enquanto sujeitas de direitos. Nesse sentido, Aguiar (2016) destaca que o engajamento d, nos movimentos em prol da participação na Assembleia Constituinte, foi imprescindível para o reconhecimento do direito ao trabalho e à previdência social na Constituição Federal de 1988.

Mesmo assim, apesar das conquistas democráticas obtidas pelas mulheres rurais, a desigualdade de gênero ainda permanece latente, uma vez que esta é inerente ao patriarcado, compreendido aqui como relações “hierarquizadas entre seres socialmente desiguais” (Saffioti, 2015, p. 126).

Assim, o fato de as mulheres rurais adquirirem direitos sociais e políticos, não significou a supressão da estrutura das desigualdades. Concordando com Saffioti (2015, p. 112), isso se dá porque “a base material do patriarcado não foi destruída”.

Tomando-se como base o que defende o feminismo marxista, há uma compatibilidade entre capitalismo, patriarcado e racismo, enquanto sistemas geradores de opressões. Nesse sentido, apenas uma transformação radical, para uma outra sociabilidade, não regida por valores do capital, será capaz de suprimir o conjunto das desigualdades sociais. É nesse sentido, de luta por uma outra sociabilidade que passaremos, a seguir, a refletir sobre a Marcha das Margaridas.

3 SEMENTES DE MARGARIDA

Conforme apontado anteriormente, os movimentos de mulheres rurais tiveram um desenvolvimento expressivo na década de 1980, momento em que o Brasil assistia a uma ampliação dos movimentos sociais, de contestação da ditadura militar e denúncia diante das condições de vida da classe trabalhadora.

Tomamos como base de reflexão, sobre movimentos sociais, o fato de serem processos históricos, que revelam as contradições sociais e que, conforme Bem (2006, p. 1138):

são os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. Traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento das sociedades. Em cada momento histórico, são os movimentos sociais que revelam, como um sismógrafo, as áreas de carência estrutural, os focos de insatisfação, os desejos coletivos, permitindo a realização de uma verdadeira topografia das relações sociais.

É nessa perspectiva que situamos a Marcha das Margaridas, enquanto uma ação política nacional e estratégica de mulheres do campo, das florestas e das águas. Tendo em vista a capacidade de mobilização e adesão, construídas ao longo de suas edições, é considerada, segundo a CONTAG (2023), a maior e mais expressiva ação de mulheres do território brasileiro e da América Latina.

É construída, em caráter permanente, através dos referenciais de luta feminista, antirracista, anticapitalista e antipatriarcal, que refletem as opressões vivenciadas pelas mulheres.

A primeira edição da Marcha das Margaridas aconteceu no ano 2000, enquanto adesão à Marcha Mundial das Mulheres. Desde então é coordenada pela Confederação Nacional de Trabalhadores/as Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); suas 27 Federações e Sindicatos filiados. Além disso, no seu processo de construção permanente e coletivo, conta com a participação e parceria de diversos coletivos, dos movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais (CONTAG, 2023).

O nome “Marcha das Margaridas” surgiu como uma homenagem à Margarida Maria Alves, uma liderança sindical da Paraíba, que liderou um importante movimento de denúncia às violências e violações às quais os/as trabalhadores/as rurais estavam sujeitos/as, em face das desigualdades sociais inerentes ao processo de acumulação do capital no campo e fragilidade das políticas públicas. Sua voz foi silenciada em 1983, no entanto, seu legado de luta e resistência permanece vivo, através da intensificação da organização das mulheres do campo, em especial na Marcha das Margaridas. (Idem)

É interessante observar o contexto político, econômico e social de surgimento da Marcha das Margaridas, caracterizado pela agenda neoliberal, acirramento das contradições entre capital e trabalho.

No que tange aos movimentos sociais, é consenso na literatura crítica, considerar este momento como de refluxo. De acordo com Montaño e Duriguetto (2011), isso se dá justamente pela intensificação da crise capitalista e de seus efeitos perversos na degradação das condições de sobrevivência da classe trabalhadora.

Concordando com os/as autores/as acima, a ampliação da extração da mais-valia se constitui numa estratégia capitalista para driblar os momentos de crise, o que se traduz no aumento da exploração e precarização das condições de trabalho, com destaque para o aumento do desemprego e da informalidade.

Essas alterações no mundo do trabalho são responsáveis pela fragmentação de classe, redução nas taxas de sindicalização e dificuldades em desenvolvimento da consciência de classe, o que impacta diretamente no desenvolvimento dos movimentos sociais.

Contraditoriamente, foi neste momento que os movimentos de mulheres rurais ganharam força e maior visibilidade, através de uma ação estratégica e popular, que evidencia pautas, valores e compromissos diante da necessidade de defesa dos direitos das mulheres.

Conforme aponta Teixeira (2021), mesmo que a Marcha tenha como ápice a mobilização que ocorre durante dois dias, no mês de agosto, em Brasília, outros processos a ela são inerentes e merecem destaque, como por exemplo, o processo de construção de reivindicações e diálogo do movimento com o poder público. Além disso, há outros aspectos relacionados à organização e formação política das mulheres.

Segundo o autor supramencionado, o processo de formação política, inerente à construção da Marcha, possui a função de contribuir com a formação das mulheres, bem como para a construção da agenda política, o que se expressa, a cada edição, através dos lemas e materiais propostos para estudos e debates.

Ao analisarmos os lemas e os materiais entre os anos 2000 e 2023³, é possível constatar o quanto a Marcha das Margaridas sempre esteve sintonizada com as problemáticas sociais, refletindo a conjuntura histórica de cada momento. Há um posicionamento que expressa o projeto societário que defende, bem como um posicionamento crítico e contrário ao desenvolvimento capitalista, o qual é gerador das desigualdades de raça, classe e gênero.

Outro aspecto que chama a atenção, se refere à diversidade de sujeitos que constroem a Marcha, paralelo à unidade dos seus posicionamentos, defesas e denúncias. Isso se dá, conforme aponta Aguiar (2016), pelo fato de que, mesmo congregando movimentos diferentes, há um ponto em comum, que é a condição de ser mulher, numa sociedade capitalista, racista e patriarcal.

³ No site <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=homepage> estão disponíveis informações de todas as edições da Marcha das Margaridas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diante disso, mesmo com suas pautas específicas, os movimentos sociais que participam da Marcha, se agregam entorno de uma luta que visa modificações estruturais no sistema. Segundo Aguiar (2016, p. 286):

ao afirmar a sua fundamental importância para a construção de um projeto que se opõe ao modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal, acaba por expressar uma luta que é anticapitalista e antipatriarcal como transversal na luta por mudanças sociais, recebendo, nesse sentido, a adesão de mulheres urbanas, que, por fim, se reconhecem, também, em torno das questões trazidas pelas mulheres do campo e da floresta, o que faz com que a Marcha, a cada ano, venha tendo uma participação significativa das “mulheres urbanas”.

Nessa perspectiva, situamos a realização da primeira Marcha das Margaridas, em agosto do ano 2000. Fruto da conjuntura da época, apresentou, como lema: “2000 razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. No que se refere aos textos de apoio, segundo informações verificadas no Observatório das Margaridas, abordaram os seguintes temas: valorização da participação da mulher na Reforma Agrária e na Agricultura Familiar; garantia e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais; combate à violência e impunidade no campo e a todas as formas de discriminação social e de gênero.

É importante salientar que o cenário de realização da primeira Marcha das Margaridas se caracterizava pela continuidade da adoção do neoliberalismo no Brasil, o qual, visando o aceleração da economia, ditava a minimização das funções protetivas do Estado, o que resultou (e ainda resulta) no agravamento das problemáticas sociais, em especial na fome, pobreza e desemprego.

Ainda através de informações obtidas no Observatório das Margaridas, já foram realizadas sete edições deste movimento. Reafirmando seu caráter histórico, político e social, a 7ª Marcha das Margaridas, realizada em agosto de 2023, foi construída em observância a uma conjuntura nacional particular e evidencia a permanência dos seus princípios contrários à sociabilidade burguesa, regida pelo capital.

O lema que permanece em construção, fruto da edição de 2023 é: “Margaridas em marcha, pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver” e parte do reconhecimento das seguintes questões: necessidade de erradicação da fome, através da adoção de práticas agroecológicas, que garantam a soberania e segurança alimentar; crise ambiental, a qual se amplia em decorrência da adoção do padrão de desenvolvimento capitalista, que se desenvolve a partir da exploração dos/as trabalhadores/as e dos recursos naturais; a violência, que se corporifica por

meio das opressões de raça, classe e gênero e, conseqüentemente, ampliação das desigualdades sociais, expressas pelo aumento da fome, da miséria e do desemprego.(CONTAG, 2023)

Com isso, constata-se que a marcha traz um conteúdo político bastante expressivo e articulado ao contexto atual, de reconfiguração do Brasil, após os desmontes dos governos de Michel Temer, que assumiu a presidência através de um verdadeiro golpe na democracia brasileira, e Jair Messias Bolsonaro, o qual deu continuidade ao projeto de cunho ultraneoliberal.

Sobre tais governos, é consensual na literatura crítica caracterizá-los através da intensificação das pautas neoliberais, as quais se deram, conforme apontam Boschetti e Behing (2021), pela ampliação das privatizações e contrarreformas, que somadas ao conservadorismo político adotado, agudizaram as violências e violações de direitos, principalmente contra mulheres, pobres e negras.

Além disso, as autoras acima analisam que, o conservadorismo de Jair Messias Bolsonaro possui traços fascistas, uma vez que criminalizou os movimentos sociais, principalmente aquilo que considerava como “pautas de esquerda”, de defesa dos direitos humanos. Também direcionou e estimulou todo um discurso de ódio contra negros/as; povos originários; população LGBTQIA+, bem como às mulheres, através de ataques ao que denominam como “ideologia de gênero”.

Esse discurso de ódio, preconceito e criminalização dos movimentos sociais não foi cessado com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições de 2022, já que as forças conservadoras permanecem em evidência. Assim, o que está em pauta, no tempo presente, é a necessidade de unificação e intensificação das lutas, visando o resgate de direitos historicamente conquistados.

Com isso, o lema trazido pela 7ª Marcha das Margaridas representa justamente o compromisso do movimento com o país. Nesse sentido, é interessante destacar que há um posicionamento político expresso, em que a reconstrução social deve estar pautada nos princípios do Bem Viver. Deste modo, conforme aponta o material produzido pela CONTAG (2023):

Quando as Margaridas apontam o Bem Viver como o sentido do Brasil que elas querem reconstruir, elas estão reafirmando a possibilidade de: estabelecer uma relação de não-exploração com a natureza; usufruir do direito de viver em suas terras e territórios; mudar os moldes de produção e consumo, e propor novas formas de produção de alimentos, de modo a fortalecer a soberania e segurança alimentar e nutricional; participar plenamente na política e nos espaços de decisões; limitar a concentração de riqueza, levando a uma convivência sem desigualdades, sem pobreza, sem fome, sem racismo e sem violência, em que as mulheres do campo, da floresta e das águas tenham autonomia

sobre seus corpos-territórios; e, por fim, cultivar relações em que o cuidado e os afetos sejam resguardados por todas e todos.

A plataforma política da 7ª marcha se expressa através dos 13 eixos: Democracia participativa e soberania popular; Poder e participação política das mulheres; Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo; Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade; Proteção da natureza com justiça ambiental e climática; Autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética; Democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos marépios (territórios costeiros, influenciados pela maré); Direito de acesso e uso social da biodiversidade e defesa dos bens comuns; Vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional; Autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda; Saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária; Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo e Universalização do acesso à internet e inclusão digital. (CONTAG, 2023)

À exemplo das outras edições da marcha, a CONTAG produziu um material educativo sobre os eixos, dividindo-os em cadernos temáticos, o que facilita o trabalho de formação política realizado com as mulheres. Na região do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, esse material foi utilizado para o desenvolvimento de oficinas, sob a responsabilidade da FETARN (Federação dos/as Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio Grande do Norte).

É importante salientar que, através desses materiais, surge a oportunidade das mulheres se conectarem e construir a Marcha, mesmo não estando presentes no ato político em Brasília.

Nesse sentido de construção permanente do movimento, destacamos a realização da Marcha das Margaridas do Seridó/RN, a qual acontece anualmente, desde 2016, fruto de uma organização coletiva que envolve sindicatos de trabalhadores/as rurais, instituições e outros movimentos de mulheres da região, com coordenação descentralizada, entre o Polo Sindical do Seridó⁴, FETARN e Cáritas Diocesana de Caicó.

4 “ESSA CIRANDA NÃO É MINHA SÓ, ELA É DE TODOS/AS NÓS”⁵

⁴ O Polo Sindical do Seridó é composto por 24 municípios da região do Seridó/Rio Grande do Norte, sendo coordenado por 2 sindicatos, que são devidamente eleitos.

⁵ Trecho da música Minha Ciranda, de Lia de Itamaracá.

Geograficamente, a região do Seridó Potiguar possui particularidades, expressas pelo clima, relevo, vegetação e povoamento bastante característicos. Para Azevedo (2007), existem elementos sociais, históricos e políticos que caracterizam uma “forma de ser” do povo seridoense, sendo possível, com isso, afirmar que há uma cultura e uma identidade própria desta região, que se evidenciam a partir da utilização da linguagem, com expressões bastante peculiares; valores; crenças e costumes que são repassados por gerações.

A região se caracteriza por chuvas bastante irregulares, tendo-se, com isso, longos períodos de estiagem. Sabemos que a seca é um elemento de natureza climática, a qual exige o desenvolvimento de políticas públicas para que a população do campo possa conviver com ela. No entanto, o que se constata é a utilização da seca para fins político-partidários, além das tentativas de justificá-la a partir da religião, como “uma vontade de Deus”.

Concordando com Azevedo (2007), é possível observar que diante das dificuldades de sobrevivência, nesse viés de naturalização dos fenômenos, a região passa a ser vista como uma “terra prometida a um povo que luta e que sofre, mas que não se desvanece de lutar e acreditar na mudança – logo, (...) se estabelece e se circunscreve o espaço da provação” (idem, p. 79).

Dentre as características próprias da região, pode-se destacar ainda a forma como a mulher é vista socialmente, através das lentes do senso comum e do patriarcado. Assim, conforme apontam, Lira e Barros (2015), se de um lado a mulher sertaneja é considerada aquela dotada de coragem, força e resistência; de outro há todo um sistema de submissão que as coloca num “lugar de obediência” e inferioridade com relação aos homens.

Esse “lugar de obediência”, enquanto expressão do patriarcado, camufla e naturaliza diversas violações e violências as quais as mulheres do campo são submetidas, principalmente no ambiente doméstico e familiar.

Constata-se que a região do Seridó apresenta traços profundos de desigualdade entre os gêneros, expressos nas relações sociais cotidianas, principalmente naquelas baseadas na violência e violações dos direitos das mulheres. Da mulher seridoense ainda se espera a obediência ao homem (seja ele pai, irmão ou companheiro) e a sujeição a um conjunto de padrões sociais, que vão de encontro ao fato de serem consideradas boas filhas, mães e esposas.

No senso comum paira a imagem da mulher sertaneja como aquela temente a Deus e, portanto, dotada de uma religiosidade; obediência; disposição para o trabalho e detentora de valores familiares capazes de impulsioná-la a sacrifícios para a preservação de sua família, embora isso signifique viver em situação de violência.

Nessa perspectiva, não é de se estranhar as dificuldades que essas mulheres encontram de participar de espaços políticos, de representação e controle social. Assim, constatar a presença dessas mulheres na Marcha das Margaridas, que acontece em Brasília, deve ser identificada como ato de resistência a toda essa cultura machista e patriarcal.

São muitas as mulheres seridoenses que participam das edições da Marcha das Margaridas, desde 2000. No entanto, há um número muito maior de mulheres que até almejam a inserção nesses espaços, mas, diante de seus relacionamentos afetivos, possuem esse desejo podado por seus companheiros. (Cáritas Diocesana de Caicó, 2023)

Aquelas, que conseguiram participar das Marchas das Margaridas, retornaram aos seus territórios alimentadas pela “chama da revolução” e trouxeram a importância da luta e organização social e política das mulheres, como uma possibilidade concreta para a defesa de seus direitos.

Nesse sentido, é que surgiu a motivação para o desenvolvimento de uma ação política na região do Seridó, capaz de dar visibilidade às questões vivenciadas pelas mulheres do campo, ao mesmo tempo em que oportunizava a formação política das mesmas, através do processo de construção permanente.

Assim, surgiu a “Marcha das Margaridas do Seridó”, a qual se constitui, atualmente, na única iniciativa política, de caráter continuado, que evidencia a luta pela defesa de direitos das mulheres do campo, existente na região (Cáritas Diocesana de Caicó, 2023).

A primeira edição aconteceu no ano de 2016, no município de Currais Novos/RN. Desde então, vem sendo realizada anualmente, no mês de março, enquanto ação estratégica, permanente e de caráter itinerante, ou seja, cada ano é escolhido um município, da região do Seridó Potiguar, para sediar a realização da ação política de rua. Excepcionalmente, nos anos de 2021 e 2022 foram realizadas em formato virtual, tendo em vista a Pandemia da COVID-19. (idem)

A “Marcha das Margaridas do Seridó” se conecta diretamente com a marcha que acontece em Brasília. Assim, são utilizados os mesmos lemas e materiais formativos construídos e disponibilizados pela CONTAG, assim como também não se limita ao ato político de rua.

A dimensão política é trabalhada através de metodologias da educação popular, privilegiando-se a construção coletiva do conhecimento. Assim, são realizadas oficinas, rodas de conversas e encontros, priorizando-se sempre o debate entre as próprias mulheres.

Com isso, estima-se que a “Marcha das Margaridas do Seridó” se constitui numa ação potente, de defesa de direitos e construção da autonomia política das mulheres seridoenses.

Nesse sentido, o eixo central da ação se evidencia pela adesão aos movimentos sociais, ao trabalho coletivo, por considerar que se constituem em caminhos necessários à desenvolvimento da consciência de classe, capaz de contribuir para a construção de uma outra sociabilidade, pautada nos princípios do Bem Viver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui um pouco da Marcha das Margaridas e dos seus reflexos na organização das mulheres do Seridó do estado do Rio Grande do Norte, evidenciando o potencial organizativo e propositivo do movimento numa região que, assim como outras, apresenta dificuldades expressas principalmente pelo distanciamento do poder público e, conseqüentemente, fragilização das funções protetivas do Estado.

Apesar da derrota de Jair Messias Bolsonaro, nas eleições de 2022, constata-se o que a literatura crítica vem pontuando como a existência de uma “onda conservadora”, a qual invade o cenário político, social, econômico e cultural de nosso país.

Quando refletimos sobre tal realidade e realizamos um recorte regional, é possível identificar problemáticas expressas sobretudo pela naturalização das violações de direitos das mulheres, as quais são agravadas pela fragilidade das políticas públicas.

Além disso, é preciso realizar uma leitura da totalidade que envolve a conjuntura atual de nosso país e que é sentida localmente, a qual se refere ao esvaziamento dos sindicatos e dos movimentos sociais. Ao que parece, muitos/as perderam a esperança no potencial da participação social.

Assim, consideramos que a Marcha das Margaridas, seja ela de caráter nacional, realizada em Brasília, ou territorial, realizada na região do Seridó Potiguar, apresenta-se como uma importante iniciativa que, ao estimular o desenvolvimento de um trabalho de formação política e de base, contribui não apenas para que as participantes se organizem coletivamente e desenvolvam alguma atividade produtiva.

O potencial das marchas reside justamente no seu caráter educativo, o qual, a partir da compreensão ampliada da educação, tomada em seu caráter transformador e dialógico, vem contribuindo para a conscientização dos sujeitos.

Além disso, infere-se que a Marcha das Margaridas do Seridó contribuem para a movimentação e transformação do território pelas vias da participação e controle social. E mais que isso, contribui para a qualificação da participação das mulheres nos espaços, o que, diante de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cultura patriarcal e machista, é algo vital, se realmente desejamos alcançar uma sociedade livre de explorações e violências.

Mais uma vez as Margaridas vêm, através do processo político e organizativo de caráter permanente, mostrando para a sociedade brasileira quais os caminhos para a transformação social. Ao que indicam, este caminho perpassa pela formação política, pela valorização da ação coletiva e de base, capazes de instrumentalizar a classe trabalhadora a resistir ao processo de dominação do capital, pois, conforme o legado deixado por Margarida Maria Alves: “é melhor morrer na luta, do que morrer de fome”.

6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. Revista Política e Sociedade. Florianópolis, Vol. 15, Edição Especial – 2016.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. ENTRE A CULTURA E A POLÍTICA: uma Geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia/MG. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16023/1/CulturaPoliticaGeografia.pdf>

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX E XX. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ. Protagonismo e Autonomia das Mulheres do Seridó Potiguar. Caicó, 2023. (mimeo)

CONTAG, 2024. Linha do tempo da Marcha das Margaridas. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/> Acesso em: 30 agosto de 2024.

CONTAG. Caderno Pauta Marcha das Margaridas 2023. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTEw>. Acesso em: 30 agosto de 2024.

LIRA, Kalline Flávia; BARROS, Ana Maria de. Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de Pernambuco. Revista Ágora. Vitória. n. 22, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e movimento social. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, Ilse Gomes; SILVA, Berenice Gomes. Margaridas em marcha por terra, água e agroecologia. Lutas Sociais, São Paulo, vol.22 n.41, p.306-317, jul./dez. 2018.

TEIXEIRA, Marco Antônio. Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas. Caderno CRH, Salvador, v.34, 2021.